

TRAGÉDIA NO SUL

» Entrevista | GIL CASTELLO BRANCO | DIRETOR EXECUTIVO DO CONTAS ABERTAS

Para especialista, o ganho político em aparecer depois do desastre ocorrido é maior

“Preferem remediar a prevenir”

» EVANDRO ÉBOLI

A catástrofe no Rio Grande do Sul fez os Poderes se mexerem. O Executivo decretou estado de calamidade e destinou recursos e uma série de ações para auxiliar os gaúchos. No Congresso Nacional, foi aprovado destinação de recursos e deputados e senadores passaram a anunciar verbas de suas emendas parlamentares para socorrer o estado. Até agora, porém, até as chuvas que atingem o estado do Sul, os parlamentares pouco se interessaram em atender a ações de prevenção

e resposta a desastres ambientais.

Para o diretor executivo do Contas Abertas, Gil Castello Branco, os políticos parecem mais interessados em socorrer do que prevenir. O ganho político em se mostrar depois do desastre ocorrido é maior. “A impressão que dá é que os parlamentares fazem uma leitura às avessas do ditado de que é melhor prevenir do que remediar. Digo isso porque a resposta aos desastres, depois de ocorrido, acaba sendo politicamente mais interessante aos parlamentares.”

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como avalia os valores de emendas destinadas a desastres climáticos, que não chegam a 0,2% do total desses recursos disponíveis para deputados e senadores?

Os números relativos às emendas parlamentares destinadas à prevenção e a respostas aos desastres são irrelevantes. A impressão que dá é que os parlamentares fazem uma leitura às avessas do ditado de que é melhor prevenir do que remediar. Digo isso porque a resposta aos desastres, depois de ocorrido, acaba sendo politicamente mais interessante aos parlamentares, que, com isso, vão aos locais da tragédia, oferecem sua solidariedade, prometem recursos, sobrevoam as áreas atingidas. Enfim, um ritual conhecido há décadas.

Ou seja, as medidas preventivas não têm o mesmo interesse político. É isso?

Sim. Essas medidas preventivas, muitas vezes, não têm o mesmo impacto político das medidas de recuperação porque significam, muitas vezes, quando a situação já está normalizada, você ter que ir até a área sensível e remover as famílias das áreas de alto risco. Isso gera desgaste para essas famílias, que habitam essas localidades, que por ali trabalham, é onde os

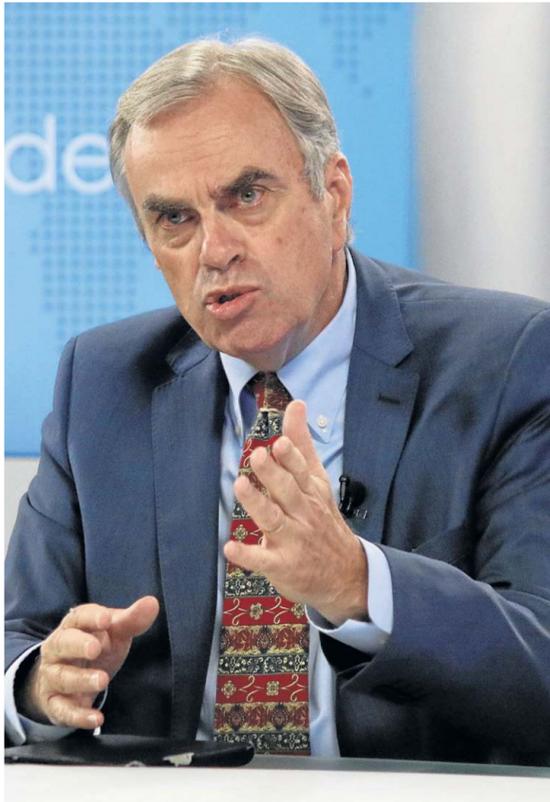
filhos estudam, tem as creches próximas. Se mesmo durante as tragédias, como estamos vendo, as famílias custam e resistem a deixar os locais que estão atingidos, o que dirá quando a parte pior passar. E essa remoção precisa ser feita.

Com o que está se vendo, não há dúvida de que a prevenção minimiza esse drama. Como avaliar?

A prevenção é um trabalho muito maior para atenuar os efeitos desses fenômenos climáticos, que têm ocorrido em maior frequência e intensidade. Implicam emendas para adoção de diversas medidas, como contenções de encostas, fortalecimento da defesa civil, recurso para o aprofundamento dos leitos dos rios, para realização de obras de drenagem urbana, além da aquisição de satélites para melhorar a previsão de antecipação dessas tragédias. Há ainda a colocação nas áreas de risco de sirenes para avisar com antecedência o que irá acontecer e até um sistema que está gradativamente sendo implementado para o aprimoramento de aviso pelos celulares das áreas de risco.

Outra questão é que as obras de saneamento e drenagem tumultuam a cidade, algo que os políticos não gostam.

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



O trabalho de prevenção tem que envolver a solidariedade permanente da União, dos estados e dos municípios.

Obras como drenagem urbana transtornam o trânsito da cidade. A sensação é que as respostas aos desastres ocorridos oferecem resultado maior do que as medidas de prevenção. Precisamos reverter essa interpretação e voltarmos a acreditar que a prevenção é extremamente necessária. Tratam-se de tragédias previamente anunciadas, sabemos onde vão acontecer. O governo tem exibido um mapa, que apresentou a organismos da ONU, todo informatizado, para prever onde vão ocorrer essas tragédias até 2050. Vemos que tendem a acontecer sempre nos finais de anos ou nos primeiros meses subsequentes. E não conseguimos evitar que aconteçam.

O que essa tragédia está mostrando é que sem trabalho conjunto de todos os níveis de governo, não há solução. É o caminho?

Sim. Esse trabalho de prevenção tem que envolver a solidariedade permanente da União, dos estados e dos municípios. E não devem se mobilizar apenas durante a tragédia, como agora. É fácil entender porque municípios de pequeno e médio portes não têm condições de resolverem sozinhos essas questões. Faltam recursos humanos, técnicos e orçamentários para desenvolver projetos de contenção de encostas e drenagem urbana. Só com a colaboração dos estados e do governo federal é que isso pode ser solucionado. O Ministério das Cidades promete auxiliar 200 municípios com projetos. Isso, sim, é uma medida eficaz. Se depender apenas dos projetos vindo desses municípios, nada vai acontecer, porque nada acontece há décadas. É difícil imaginar, por exemplo, que uma prefeitura como São Sebastião, no litoral paulista, ou que cidades da serra do Rio, como Petrópolis e Teresópolis, ou de Minas Gerais e Bahia, e agora vemos no Rio Grande do Sul, todas passando por esse drama, tenham condições de resolver esses problemas isoladamente. É um trabalho conjunto e permanente.

Esforço para desmentir fake news

A disseminação de notícias falsas envolvendo setores dos governos, em especial o federal, tomou parte do tempo e do trabalho dos órgãos atingidos por essas fake news, que precisaram desmentir diariamente informações mentirosas produzidas dolosamente sobre as ações em apoio ao Rio Grande do Sul. De agências de regulamentação a ministérios da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, setores diversos do Executivo estiveram atentos para reagir contra essa ação criminosa. O governo foi alvo também de discursos mentirosos de parlamentares da extrema direita, que reproduziram informações falsas na tribuna da Câmara durante a semana.

Uma das primeiras fake news que surgiu foi a divulgação inverídica de que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estava retendo nas estradas caminhões que levavam doações para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul por falta de nota fiscal dos produtos. Mesmo com o desmentido da agência, parlamentares reproduziram a falsa informação na Câmara.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também precisou divulgar uma nota oficial desmentindo que não vetou ou colocou qualquer restrição ao transporte de medicamentos destinados para aquele estado.

“É falso o vídeo que está circulando nas redes sociais sobre a Anvisa estar proibindo a entrada de medicamentos doados para atender as vítimas da calamidade provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul”, divulgou a agência.

O ministro da Secretaria de Comunicação (Secom), Paulo Pimenta, está praticamente em permanente plantão concedendo entrevistas rebatendo essas notícias imprecisas, que atingiram também órgãos do governo estadual.

Para tentar conter as fake news, o governo chegou a instalar, na sexta-feira, uma sala de situação para enfrentar a desinformação envolvendo ações de auxílio à população gaúcha. A Advocacia-Geral da União (AGU) está à frente desse grupo, que reúne ainda representantes da Secom, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. (EÉ)

Sgt Müller Marin/FAB



» Portugal: mais de 200 toneladas de doações

Ontem, foi a vez do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disparar um alerta contra fake news, envolvendo doações de Portugal para o Rio Grande do Sul, iniciativa anunciada pelo vice-presidente e também ministro da área, Geraldo Alckmin. A pasta negou informações falsas de que doações de produtos novos estariam sendo rejeitados pelo governo, que reafirmou em nota que esses produtos destinados à população gaúcha estão isentos de pagamento de tributos. “Diferentemente do que narrativas falsas alegam, esse normativo não veda a doação de itens novos. Doações internacionais de bens novos sempre foram — e seguem sendo — permitidas. O que a portaria faz é facilitar, por 30 dias e para atender o Rio Grande do Sul, as doações de itens usados”, informou o ministério em nota. A comunidade brasileira em Portugal, com apoio dos portugueses, arrecadou mais de 200 toneladas de doações.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A cosmovisão da floresta e o fim do mundo

Num país democrático e multiétnico como o nosso, coexistem diferentes formas de pensar e de viver, nem sempre em harmonia. Uma delas merece cada vez mais atenção, pela contribuição que pode dar ao planeta, sobretudo à ciência, nesse momento de emergência climática: a cosmologia indígena. Diante da destruição das florestas e consequente aquecimento global, da frequência e escala crescentes dos desastres naturais, os saberes indígenas ancestrais começam a ganhar corações e mentes na sociedade.

Não se trata mais de um debate sobre modelos de desenvolvimento, pura e simplesmente. Trata-se da dramática condição humana que emerge nos “desastres naturais”, como a que estamos vivendo no Rio Grande do Sul. A capacidade de adaptação às mudanças, hoje focada nas relações econômicas e na inovação tecnológica, precisa voltar ao leito da relação evolutiva dos seres humanos com a natureza, porque põe em xeque a nossa capacidade de adaptação às mudanças ambientais, sobretudo climáticas.

A vida e os saberes indígenas consideram o Universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações, que envolve o natural e sobrenatural. Embora violentamente agredidos pelos interesses de mercado e a modernização permanente das atividades econômicas, esse conhecimento não está subordinado à lógica dos interesses de mercado. Historicamente, cederam lugar à razão e à ciência, mas os fatos mostram que ainda temos muito a aprender com nossos 350 povos indígenas.

Estamos aprendendo e ensinando, simultaneamente, o manejo e o aproveitamento dos recursos naturais de maneira a não esgotar suas possibilidades às comunidades tradicionais. Quilombolas, pescadores artesanais, as quebradeiras de babaçu, seringueiros, castanheiros, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, sertanejos, pantaneiros, entre outros, ficaram à margem da modernização, porém herdaram e/ou desenvolveram saberes que garantem sua sobrevivência em condições muito desfavoráveis.

Precisamos dar mais atenção às vozes dissonantes desses setores, como a de Ailton Krenak, o filósofo indígena, recém-emposado na Academia Brasileira de Letras (ABL). Ativista do movimento socioambiental, Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Krenak nasceu na região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais. Exerceu um papel crucial na organização e conquista dos direitos indígenas na Constituinte de 1988.

O nome Krenak significa cabeça (kre) da terra (nak). Os Krenak ou Borun são os últimos “Botocudos do Leste”, nome atribuído pelos portugueses no fim do século 18 aos grupos que usavam botoques auriculares ou labiais. São conhecidos também por Aimorés e se autodenominam Grén ou Krén. Em 2015, a catástrofe de Mariana (MG), devastou toda a fauna e vegetação do Rio Doce, atingindo a principal fonte de subsistência dos Krenak, representados por pouco mais de 600 sobreviventes que ainda ocupam a região.

Desastres naturais

Lançado em 2019 pela Companhia das Letras, *Ideias para adiar o fim do mundo* é o livro mais famoso de Krenak. A obra critica a ideia de humanidade como um conceito separado da natureza. Essa premissa seria baseada no desastre socioambiental da nossa era, o Antropoceno. Somente por meio do reconhecimento da diversidade e da recusa da ideia do humano como superior aos outros seres, é possível dar outro significado às nossas existências e frear a caminhada para o colapso ambiental.

Sua obra filosófica sustenta-se na cosmologia indígena. *O amanhã não está a venda*, de abril de 2020, sobre como a pandemia nos fez refletir sobre o que é a ‘normalidade’ e o que significaria voltar para esse status após a crise social, econômica e sanitária. Publicado no fim de 2020, *A vida não é útil* é um diálogo sobre o cenário pandêmico, no qual aponta as tendências destrutivas da civilização, durante um governo negacionista de extrema direita.

Mais recente, seu livro *Futuro ancestral* confronta o senso comum ao explorar a ideia de futuro: “Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. Esse raciocínio nos remete à tragédia do Rio Grande do Sul. Uma árvore derrubada na Amazônia, como num efeito borboleta, impacta o clima dos pampas. Esse entendimento já tem um consenso, mas não tem a devida tradução nas políticas públicas, que vão na contramão.

O Congresso derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a itens da Lei dos Agrotóxicos que deram ao Ministério da Agricultura competência exclusiva para registrar agrotóxicos, esvaziando Ibama e Anvisa. Outros 25 projetos estão prontos para votação com objetivo de enfraquecer a legislação ambiental e “passar a boiada”. Os deputados Lucas Redecker (PSDB-RS) e Jerônimo Goergen (PP-RS), além do senador licenciado Luis Carlos Heinze (PP-RS), gaúchos, estão entre os autores de leis favoráveis a flexibilização de áreas de preservação ambiental.

O próprio governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), promoveu cortes no orçamento da Defesa Civil e nos projetos de resposta a desastres ambientais. Em 2019, propôs um projeto que alterou 480 pontos do Código Florestal estadual. A Prefeitura de Porto Alegre nada investiu na prevenção contra enchentes em 2023. Em março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, com 38 votos a favor e 18 contra, um projeto que permite devastar campos nativos do tamanho do Rio Grande do Sul e do Paraná juntos.